



Cynthia Sarti<sup>1</sup>

## De encontros e afinidades em torno de uma ideia de universidade

**Resumo:** Na forma de testemunho, parte de uma homenagem à Olgária Matos, este texto fala de um encontro e de afinidades em torno da criação do campus de filosofia e ciências humanas na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Tem o sentido do reconhecimento da presença de suas ideias na formulação do projeto acadêmico que inaugurou essas áreas do conhecimento nesta universidade. Para isso, resgata esse momento inaugural, com as questões que então estavam em pauta, buscando a elas relacionar seu pensamento sobre a universidade.

**Palavras-chave:** testemunho; universidade; humanidades

**Abstract:** Conceived as a testimony, part of a tribute to Olgária Matos, this text speaks of an encounter and of affinities involving the creation of the campus of philosophy and human sciences in the Federal University of São Paulo (Unifesp). It has the meaning of a recognition of the presence of her ideas in the process of formulating the academic project that has inaugurated these areas of knowledge in this university. As such, it brings back this inaugural moment, with the questions then at stake, seeking to relate to them her thought on the university.

**Keywords:** testimony, university, humanities

---

<sup>1</sup> Professora Titular de Antropologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisadora do CNPq e Diretora da Editora Unifesp. E-mail: csarti@uol.com.br .

Sendo este um dossiê em homenagem a Olgária Matos, organizado pela revista *Limiar*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), falar de sua presença na história da implantação do *campus* de filosofia e ciências humanas nesta universidade é parte indispensável, com a lembrança das promessas de felicidade que acompanharam seu início e as inevitáveis mudanças de rumo que envolveram perdas e ganhos, mas, sobretudo, trata-se de dizer do lastro criado nesse processo materializado nesta iniciativa generosa dos editores da revista que - em torno da filosofia e da *philia* que tão bem a retratam - com ela construíram a área de Filosofia na Unifesp.

Este texto constitui-se, assim, no testemunho do encontro com Olgária, ocorrido no início de 2006, em São Paulo, motivado pela perspectiva de abertura desse *campus* nesta universidade, mas facilitado, em seu desenrolar, pelas afinidades entre filosofia e antropologia, dada a incontornável dimensão filosófica na interpretação etnográfica, que aproxima esses campos do conhecimento<sup>2</sup>. Tem fundamentalmente o sentido do reconhecimento da presença de suas ideias na formulação do projeto acadêmico que inaugurou o campo das humanidades na Unifesp. Para isso, resgata esse momento inaugural, com as questões que então estavam em pauta, buscando a elas relacionar seu pensamento sobre a universidade.

Até então voltada exclusivamente para a área da saúde e identificada com a Escola Paulista de Medicina, fundada em 1933, a Unifesp aderiu plenamente ao projeto de expansão das universidades federais proposto pelo Ministério da Educação (MEC), consolidado em 2007 com o *Projeto Reuni* (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)<sup>3</sup>. Professora de antropologia na Unifesp desde 1994, eu coordenava à época o projeto de expansão da universidade para o campo das humanidades, planejado para ser sediado no *campus* Guarulhos, município situado na região metropolitana de São Paulo, dentro da perspectiva da Unifesp de transformar-se em uma universidade plena, com a abertura para outras áreas do conhecimento, e do

---

<sup>2</sup> Para Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2013), o que aproxima e ao mesmo tempo diferencia esses campos do conhecimento é a forma como a antropologia, disciplina que se constituiu na busca de compreensão do *outro*, postula a inteligibilidade dos fenômenos na tensão entre a empiria e a metafísica, entre o dado e o significado. Há, assim, para a antropologia, uma tensão permanente e insolúvel entre o material colhido no “campo” e o sentido a ele atribuído, que evoca o diálogo com a filosofia.

<sup>3</sup> O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e é uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) à época. O documento de apresentação do Reuni está disponível no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

projeto do MEC de interiorização das universidades federais que estava em pauta. Naquele momento, entre as estratégias adotadas para criar os novos cursos de graduação previstos, havia a necessidade da participação de um professor e pesquisador do campo filosófico, institucionalmente inexistente até então na Unifesp, não apenas para coordenar o projeto específico do curso de filosofia, mas também porque a filosofia foi considerada uma área fundamental no desenho do *campus* de ciências humanas, por seu lugar inaugural no campo dos saberes humanistas. Foi assim, para cumprir essa função, que Olgária Matos chegou à Unifesp<sup>4</sup>. Junto com Maria das Graças Souza, ela coordenou a elaboração do projeto deste curso, para depois tornar-se a Coordenadora do Curso já implantado. Efetivou-se em 2008 na Unifesp como professora titular do Departamento de Filosofia, sendo também Chefe deste departamento. Sua presença nesta universidade, no entanto, foi muito além do Curso de Filosofia. Ela atuou como professora titular no Conselho Universitário e na Congregação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), assim como em diversas comissões científicas no âmbito da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente ela coordena a Cátedra Edward Said de Estudos da Contemporaneidade da Unifesp, da qual falarei adiante.

Em um bonito texto biográfico sobre Olgária Matos, Silvio Carneiro (2011) ressalta sua habilidade em fazer “o discurso filosófico habitar seu lugar ‘natural’: o espaço público”, tanto pelo diálogo com os alunos, quanto pelo debate com círculos mais amplos da sociedade, que acontecem em palestras, conferências, entrevistas, artigos para jornais e revistas, entre outras formas de expressar seu pensamento. Refletindo precisamente acerca das figuras do cientista e do intelectual, Renato Janine Ribeiro (2006) argumenta que não há intelectual que não seja público. Segundo o autor, o intelectual não é necessariamente o cientista específico das humanidades. Nas ciências que lidam com o humano e não com as coisas o sujeito do conhecimento está, sim, mais próximo de seu objeto, sendo essa mescla o que as caracteriza, constituindo “o problema fundamental a assegurar sua certeza ou erro”, embora a proximidade entre sujeito e objeto e a indeterminação que a acompanha não sejam alheias aos saberes que lidam com as coisas. No entanto, o que é comum a ambas as ciências é sua

---

<sup>4</sup> A história da abertura do *campus* de filosofia e ciências humanas da Unifesp, inaugurado em 2007 em Guarulhos, está em texto anterior (Sarti, 2014), no qual destaco as circunstâncias internas e externas à universidade que abriram a possibilidade de sua criação, ao mesmo tempo em que imprimiram marcas a esse processo que distanciaram o novo campus de seu projeto original. Para falar da presença de Olgária Matos nesse processo, retomo aqui muito do que ali está dito sobre o projeto acadêmico do *campus* Guarulhos.

aplicação prática: “Nas ciências das coisas, a aplicação prática chama-se tecnologia. Já os saberes sobre o homem têm por principal aplicação prática, isto é, fora da discussão intramuros da academia, a formação de um público”<sup>5</sup>. O autor argumenta, ainda, que o que distingue o intelectual do cientista não são seus objetos, mas suas atitudes. Propõe, então, uma definição de intelectual:

ele é quem lida com a ágora, com dar caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no ambiente acadêmico. Assim, nem todo estudioso das ciências humanas e sociais é intelectual, nem todo cientista das exatas e biológicas se coloca fora do mundo da intelectualidade. O que caracteriza o intelectual é fazer uso público do conhecimento<sup>6</sup>.

Para a ocupação desse lugar público, há, segundo os comentários de Silvio Carneiro (2011), uma “estratégia” por parte da “intelectual”:

Não se trata de separar a professora da pensadora e, muito menos, de reduzir uma função à outra. Em seus ensaios, Olgária Matos é a teórica das ciências humanas que procura estabelecer uma pauta de discussão para a sociedade. Neste sentido, faz com que os conceitos circulem, de modo que se tornem vivas as críticas sociais nos momentos mais sensíveis que necessitam de resgate do pensamento<sup>7</sup>.

A expansão das universidades federais foi justamente um desses momentos sensíveis, que, em meio ao entusiasmo pela promissora abertura de um novo espaço institucional para as ciências humanas, exigia reflexão. Trazia a mencionada necessidade “do resgate do pensamento”. Entre as provocações que fazem de Olgária uma figura pública na contracorrente estão suas ideias sobre a universidade, herança de um campo reflexivo presente na trajetória de sua orientadora, Marilena Chauí.<sup>8</sup> Aquele foi um momento em que a circulação das ideias de Olgária e a vivacidade no uso dos conceitos com os quais opera tiveram ressonância na formulação do projeto do novo campus de humanidades.

---

<sup>5</sup> RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras; 2006. p. 138.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Op. cit., p.141.

<sup>7</sup> CARNEIRO, Silvio. Olgária Chain Féres Matos: Biografia comentada. 2011, pp. 7-8.

<sup>8</sup> As reflexões de Marilena Chauí sobre a universidade encontram-se reunidas em um de seus livros (Chauí, 2001).

Para Olgária, a universidade, lugar do saber, é o espaço de exercício de uma vocação<sup>9</sup>, movido por uma temporalidade própria, a da reflexão, lenta e paciente, roubada pelo confisco do tempo tão característico do capitalismo contemporâneo, que institui o tempo da “aceleração” e da “produtividade quantificada do conhecimento”. Situa sua reflexão sobre a universidade dentro da tradição humanista, que passa pelos gregos, por Avicena e o Renascimento árabe do século XII, até o iluminismo, para falar de uma “república cultural”<sup>10</sup>. Para pensar a universidade, e a educação de modo geral, então:

Deve-se, pois, refletir, acerca do livro, da leitura, da cultura e do rompimento com essa tradição, tradição que se refere ao que Norbert Elias designou “processo civilizatório” em um universo no qual crianças e jovens em idade de formação (do “caráter”, do pensamento, das preferências intelectuais, da sensibilidade) encontram-se hipnoticamente ligados a equipamentos eletrônicos. Trata-se, portanto, de perguntar sobre as possibilidades de existência de uma comunidade política, de uma República cidadã, sem o exercício da leitura ou, para utilizarmos uma expressão de Hegel, sem a “paciência do conceito”.

A leitura atenta, concentrada, cedeu lugar à demagogia da facilidade e a educação-formadora de tradição humanista foi decretada inútil, entre outras razões, por ser anacrônica em uma época voltada para o consumo material e intelectual e ao espetáculo midiático. Educação pública de qualidade e a cultura que dela nascia para a consolidação das democracias modernas constituíam a força espiritual da sociedade. Da universidade ao parlamento, da imprensa às organizações políticas, a leitura deixou de ser referência, pois não pode circunscrever-se na contração do tempo do mercado, do consumo e das tecnologias. A educação pública republicana e democrática – cujo paradigma para o Ocidente nasceu dos valores da Revolução Francesa – acreditava que a “imaturidade” do povo na política devia-se não apenas à sua exploração econômica, mas à sua exclusão cultural, que se evidenciava, na época, pelo analfabetismo<sup>11</sup>.

Assim,

O conceito de universidade moderna e a natureza do conhecimento que ela produziu até os anos 1960 tinham por objetivo formar o cientista. Este representava o “mestre da verdade” porque capaz de compreender seu ofício na complexidade dos saberes e da história. Sua autoridade procedia de sua palavra pública, pela qual se fazia responsável. O cientista era o intelectual, e para ele a pesquisa não correspondia a uma

---

<sup>9</sup> O termo “vocação” opõe-se a “profissão” como qualidade da atividade laboral. Exercer um ofício por vocação, assim, envolve uma ideia de desprendimento, de “missão”, de dom de si e desinteresse. Para o professor humanista, seja qual for seu campo do conhecimento, seu ofício é uma espécie de dom (Matos, 2016).

<sup>10</sup> Com o vigor dessas convicções, lembro-me de como Olgária defendeu, perante os conselhos universitários, a abertura de concursos para professores de filosofia árabe e filosofia judaica no Curso de Filosofia da Unifesp.

<sup>11</sup> MATOS, Olgária. Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. Op. cit, pp. 9-11

profissão, mas a uma vocação. O conhecimento mantinha sua autonomia com respeito às determinações imediatamente materiais e do mercado. Sua temporalidade – a da reflexão – compreendia-se no longo prazo, garantidora da transmissão de tradições e de suas invenções<sup>12</sup>.

Naquele momento, na Unifesp, era necessário pensar os rumos que seguíamos, diante de uma política que buscava democratizar o ensino superior, ampliando o acesso à universidade aos que dela estavam excluídos, mas sem uma reflexão sobre a universidade no contexto atual que desse conta das implicações desse passo emancipador e, do ponto de vista prático, sem um planejamento que lhe assegurasse a sustentação. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, em 27/11/2005,<sup>13</sup> pouco antes, portanto, do início da expansão da Unifesp para as humanidades, Olgária alertava contra a ilusão do acesso à universidade como forma de ascensão social e o risco de que, se feito irrefletidamente, esse processo se tornasse parte de uma massificação da cultura, como se “a verdadeira cultura” fosse inacessível aos mais pobres. Em seguida, ainda em *Discretas esperanças*, contrapõe a essa ideia a noção de cidadania cultural, associada à de democracia, evitando a oposição entre uma “cultura de elite” e uma “cultura popular”, que termina por legitimar a exclusão daqueles que não têm acesso aos bens culturais como um direito coletivo. Reafirma essa ideia em entrevista realizada em 2011:

A educação medíocre que se preconiza para a grande massa – sob a alegação de que a “verdadeira cultura lhe é inacessível” – exclui a maioria da “vida do espírito”, que retorna à condição de privilégio de uma elite, esta também cada vez mais precarizada, porque o fim do valor filosófico e existencial da cultura impõe o “naturalismo” dos comportamentos e sua informalidade como a medida da vida em comum. Daí as diversas formas de incivilidade, desde o comportamento das pessoas no trânsito, passando pelo fim das “boas maneiras” no tratamento entre as pessoas, até as formas mais graves de negação do Outro, como na criminalidade<sup>14</sup>.

Na mesma entrevista, argumenta que, em contraposição à universidade “moderna”, a universidade atual - “pós-moderna”, em suas palavras - não busca a fundamentação do conhecimento e seus princípios:

---

<sup>12</sup> Cf. MATOS, Olgária. “O crepúsculo dos sábios”. *O Estado de São Paulo*. Caderno Aliás, 15/11/2009.

<sup>13</sup> Cf. MATOS, Olgária. “Diploma não é questão de status”. Entrevista com Olgária Matos. *O Estado de São Paulo*, Caderno Aliás, p. 220. 27/11/2005.

<sup>14</sup> MATOS, Olgária. “Entre direitos, desejos e utopia”. Entrevista com Olgária Matos. Projeto Revoluções, 17/05/2011.

Como o mercado, se pauta pela mudança incessante de métodos e pesquisas. Nada aprofunda, produzindo uma cultura da incuriosidade, imune ao maravilhamento. Em sua pulsão antigenealógica, acredita que tudo o que nela se desenvolve deve a si mesma, não reconhecendo nenhuma dívida simbólica com as gerações passadas. Essa circunstância, por sua vez, pode ser compreendida no âmbito da massificação da cultura e da universidade.

Olgária vincula, assim, os rumos, ou os desmandos, da universidade atual à cultura de massas, à “massificação”, situando-a em contraposição ao ideário humanista, buscando, em sua crítica, revisitar a tradição humanista e suas práticas existenciais e intelectuais, em uma perspectiva renovada e renovadora, como argumenta, pois elas se contrapõem “aos procedimentos banalizadores do mal pela mídia, nos trazem de volta à atividade do pensamento autônomo e à educação, às leituras canônicas”<sup>15</sup>, questões fundamentais por seu impacto decisivo na educação, na (des)valorização da leitura, da escrita e dos sentidos do conhecimento e da linguagem. Para ela,

Suas “narrativas” – as da mídia, as das artes – não constituem dois discursos concorrentes, mas duas maneiras de viver e de comunicar, dois planos diversos de existência em uma cultura: a narração dirige-se a uma comunidade, a informação visa um mercado. A opinião pública midiaticizada é tocada por imagens, impactos emocionais de acontecimentos, tão intensos quanto breves. Oscila-se entre a indignação e a compaixão, mas não se trata nunca de reflexão e compreensão. A linguagem da mídia busca comunicar algo instantaneamente, como nos cartazes publicitários: surge uma nova figura do analfabetismo ao lado daquele que persiste: o “analfabeto secundário”.

O “analfabeto secundário” é um pseudoleitor: desconhece a história e o sentido do conhecimento, na tarefa mais árdua da humanidade que é, como escreveu H. Arendt, “humanizar a humanidade”. As instituições de ensino, em seu conjunto do primeiro grau à universidade, produzem o “analfabetismo secundário”<sup>16</sup>.

Suas ideias foram, assim, inspiradoras em muitos sentidos. Em uma universidade tradicional, com uma produção de conhecimento plenamente consolidada na área da saúde, corporificada na Escola Paulista de Medicina (EPM), “a dívida simbólica com as gerações passadas” era uma questão fundamental que ancorava o projeto de implantação das humanidades. Tratava-se de reconhecer o legado que trazíamos no momento de abertura da universidade às ciências humanas e a outras

---

<sup>15</sup> MATOS, Olgária. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandria, 2006, p.23.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p.23.

áreas do conhecimento, junto a uma gratidão difusa pela oportunidade que se abria. A ideia de contrapor-se à “pulsão antigenealógica do mundo presente”<sup>17</sup>, na qual insistia tão apropriadamente Olgária, deu corpo e sustentação a esta postura, colocando-nos num lugar de resistência, neste caso mesmo perante nossos jovens colegas do campo das ciências humanas para quem esse reconhecimento não era uma questão relevante.

Cumprir ressaltar que evidentemente esta postura, que tinha no reconhecimento do legado da EPM uma dimensão ética, não prescindiu, no entanto, da necessária crítica ao etnocentrismo da área da Saúde, referenciada pelos métodos e pela epistemologia das ciências biológicas que impregnavam a cultura da instituição, naturalizando essa perspectiva e dificultando a inserção institucional de outras formas de conhecimento<sup>18</sup>. A busca da convivência entre uma pluralidade de perspectivas era o novo panorama desta universidade, constituindo-se em um desafio. Em respeito à história de uma instituição sólida em pesquisa e ensino como a Unifesp/EPM, defendemos perante o Conselho Universitário a posição que propunha a nomenclatura “Escola” para o espaço institucional das ciências humanas que se abria: a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, criada em 2011, quando foi concluída a reforma do Estatuto da universidade, alterado em função de sua expansão, dando forma institucional ao projeto do *campus* Guarulhos.

Diante de metas a cumprir em prazos exíguos, como é o tempo da política, precisávamos de um projeto mínimo que discutisse o sentido das humanidades dentro de uma universidade e esta no conjunto da política educacional no país. A interlocução com o pensamento de Olgária Matos, que àquela altura era cotidiana, acontecia basicamente em duas vertentes fundamentais para a formulação do projeto de implantação das humanidades. Internamente à Unifesp, defrontávamo-nos com a definição do lugar e o sentido das ciências humanas na universidade, mas especificamente numa universidade de saúde, como já mencionado; externamente, o problema era situar nosso projeto no contexto da universidade atual onde o conhecimento se pauta por sua “produtividade”, nos moldes do mercado, em detrimento do saber e da reflexão crítica.

---

<sup>17</sup> MATOS, Olgária. Apresentação. In: PAIVA, Rita (org). *Filosofemas: ética, arte, existência*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010, pp. 9-11 e “O crepúsculo dos sábios”. O Estado de São Paulo. Caderno Aliás, 15/11/2009.

<sup>18</sup> Cf. SARTI, Cynthia. As ciências sociais como saberes reflexivos. In: EL FAR, Alessandra; BARBOSA, Andrea; AMADEO, Javier (orgs.) *Ciências Sociais em diálogo*. Vol. 1: Cultura e diferença. São Paulo: Editora Fap/Unifesp; 2014. pp. 13-33.



O desafio de pensar a criação de novos cursos de ciências humanas e sociais apresentava-se, assim, de forma particular na Unifesp, diante da hegemonia da racionalidade produtivista, com sua lógica de resultados, que informa fortemente o campo biomédico, marcando a temporalidade na instituição e a própria natureza do trabalho do cientista, que, como argumenta Olgária, deixa de ser um *pensador* e torna-se cada vez mais um técnico, o *especialista*, premido por exigências externas ao conhecimento, com prazos e metas previamente estabelecidos<sup>19</sup>.

Como argumentei no texto anterior<sup>20</sup>, tratava-se de formular um projeto para pensar a relação das ciências humanas e sociais com as novas tecnologias, sem a dicotomia entre saber reflexivo e saber técnico, pensando as tecnologias não apenas como um “saber aplicado” relativo às “ciências das coisas”, nas palavras de Renato Janine Ribeiro<sup>21</sup>, mas como objetos de pesquisa e reflexão das ciências humanas, como qualquer fenômeno social e cultural, pelas profundas implicações do desenvolvimento tecnológico não apenas para o conhecimento, mas para as formas de organização da sociedade e as representações sobre si própria.

Nesse panorama ideológico, situavam-se as questões com as quais nos defrontamos na elaboração do projeto acadêmico do Campus Guarulhos. Buscávamos caminhos para construir a especificidade das ciências humanas diante dessa tendência hegemônica no cenário acadêmico, que ao reduzir a ciência à sua “aplicabilidade” entendida como tecnologia, faz parecer socialmente desnecessária a reflexão teórica e metodologicamente rigorosa sobre a sociedade quando esta não apresenta resultados imediatamente localizáveis, desfigurando o atributo de curiosidade que move a indagação científica não apenas nas humanidades, mas também na pesquisa básica das ciências exatas e biológicas, igualmente constrangidas pelos limites desse pragmatismo.

A implantação do campo das humanidades evidenciava a marca da universidade que, em sua complexa e delicada tarefa de construir conhecimento por meio da pesquisa e ensinar o saber acumulado, traz o necessário vínculo com a sociedade onde se situa, mas guarda ao mesmo tempo uma transcendência em relação a seu tempo e seu espaço. A vocação reflexiva que a constitui traz a exigência de transcender, como

---

<sup>19</sup> MATOS, Olgária. Apresentação. Op. cit., pp. 9-11.

<sup>20</sup> Cf. SARTI, Cynthia. Op. cit., p. 18-19.

<sup>21</sup> Cf. RIBEIRO, Renato Janine. Op. cit., p. 138.

um exercício permanente de estranhamento, tão necessária, para a perspectiva crítica, quanto difícil de realizar, em face das pressões políticas conjunturais no quadro de um projeto viabilizado fundamentalmente pelos recursos governamentais, dentro de uma política educacional que ia ganhando contornos cada vez mais claros. Tratava-se, qual um malabarismo, de por em prática uma perspectiva humanista de universidade num contexto que lhe era avesso.

Sabíamos evidentemente que navegávamos contra a corrente hegemônica, numa atitude deliberada de resistência. Na contramão de uma insistência simplificadora na vocação política da universidade, o pensamento de Olgária acentuava a vocação reflexiva e a necessária autonomia do saber que este espaço facultava aos intelectuais. Na apresentação da coletânea *Filosofemas*, escrita por professores do Curso de Filosofia na Unifesp, Olgária fala do significado da criação, recente à época, deste curso e da implantação das ciências humanas nesta universidade:

Seu significado transcende a iniciativa que dá corpo e identidade ao trabalho de implantação das ciências humanas no âmbito da tradição nas pesquisas em medicina e saúde. Sua razão encontra-se menos na peculiaridade disciplinar e mais no campo ideológico e no momento em que começa a existir: quando os conhecimentos científicos e as inovações tecnológicas, associados às reordenações do capitalismo contemporâneo, determinam as transformações intelectuais do presente, que prescindem dos saberes teóricos e da *vida contemplativa* em geral. Sua importância se destaca no horizonte do fim do papel filosófico e existencial da cultura, com a passagem da *universidade cultural* à *universidade de excelência*, que substituiu o intelectual pelo pesquisador, a formação humanista pela performance técnica. Michel Foucault foi um dos primeiros a indicar essa ruptura que impossibilitou a continuidade de uma prática filosófica e desfez o estatuto político da ciência<sup>22</sup>.

Era difícil falar na necessária autonomia do pensamento na universidade num momento em que a própria possibilidade de abertura de um campus de humanas estava atrelada à política do MEC e deveria seguir seus ditames. A esse respeito, remetemos à Marilena Chauí, quando a autora diferencia, ao mesmo tempo em que articula, a vocação científica e a vocação política da universidade. Quando fala na vocação política da universidade, no quadro da criação das universidades públicas e privadas no Brasil, a autora refere-se a essa sua inegável vocação como “um projeto político, proposto pela própria universidade, pelo qual se definam modos de inserção da

---

<sup>22</sup> MATOS, Olgária. Apresentação. In: PAIVA, Rita (org). *Filosofemas: ética, arte, existência*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010, pp. 9-11.

universidade no campo político, e não tanto nos projetos do Estado na criação das universidades”<sup>23</sup>. Para ela,

A articulação das duas vocações da universidade [a política e a científica], quando feita a partir dela mesma e por iniciativa dela, tende a nos oferecer a face luminosa das duas vocações, pois a universidade assume explícita e publicamente tal articulação como algo que a define internamente<sup>24</sup>.

Ressaltando a importância de definir a vocação política da universidade a partir dela mesma, como um movimento de dentro para fora e não o inverso, Marilena Chauí nos inspira a pensar também a universidade nos anos recentes da expansão das universidades federais, com os problemas advindos das diretrizes do MEC e a forma de implantação dessas políticas.

A análise do lugar das humanidades na universidade, que se ampliou sem dúvida com a política de expansão do MEC, requer levar em conta a direção que se pretendeu dar a este campo do conhecimento dentro desse projeto político. A expansão das universidades federais deu-se com forte ênfase na qualificação dos professores para a educação básica, tendência chamada de “pedagogização” da universidade<sup>25</sup>, para a qual foram dirigidos altos investimentos, que fez os cursos de humanidades em particular voltarem-se para o ensino das licenciaturas, característica que os distanciou da pesquisa e da reflexão sobre o sentido do conhecimento, já que seus fins estavam pré-determinados. Esta foi uma das controvérsias enfrentadas na abertura do campus de ciências humanas na Unifesp que incluía, por decisão do MEC, o curso de pedagogia em sua configuração institucional, o que fortaleceu essa perspectiva, em detrimento da ênfase na articulação entre pesquisa e ensino, tal como se pretendia no projeto original do campus<sup>26</sup>.

A meta de “pedagogização” dos cursos de humanidades com a ênfase nas licenciaturas comprometia, por definição, a autonomia de um projeto cuja concepção de

---

<sup>23</sup> CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.116.

<sup>24</sup> CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 118.

<sup>25</sup> CAMPELLO. Filipe; ASSIS, Mariana Prandini. O lugar das humanidades. Folha de São Paulo. Ilustríssima. 7/10/2018. p. 3.

<sup>26</sup> Cf. SARTI, Cynthia. Op. cit. Constrangimento que se aliou a outros, como a decisão de localização dos novos campi, por parte do MEC, em função de acordos com as prefeituras locais, que, por sua vez, se articulavam com as forças políticas e movimentos sociais que configuravam a dinâmica da localidade, trazendo para dentro da universidade, num movimento de fora para dentro, suas questões, que passaram a pautar também a dinâmica interna dos novos campi.

emancipação se vinculava à ampliação, pelo amplo acesso, do lugar de saber materializado na universidade, que representa um espaço de exercício crítico que requer, como já dito, resguardar, em algum nível, a possibilidade de transcendência em relação às questões conjunturais, apontando para uma perspectiva de universalidade. Era a esta universidade que se pensava o amplo acesso dos que dela foram estruturalmente excluídos até então. No entanto, a ideia de que a expansão da universidade teria como eixo fundamental a compensação de carências estruturais do ensino fundamental comprometeu o conteúdo de que se revestiram os projetos acadêmicos dos novos campi, moldando-os para atender aos objetivos das políticas educacionais que colocaram sobre a universidade o peso de suprir desigualdades educacionais, sem que se modificasse o sistema de baixo para cima.

Difícil negar o caráter emancipador de um projeto de amplo acesso à universidade, que nela colocou uma geração cujos pais sequer tinham no horizonte de suas possibilidades a oportunidade de nela ingressar. Lugar identificado com as elites, a universidade democratizou-se, dentro do processo de ascensão social das classes trabalhadoras que se verificou no Brasil na última década, mudando o perfil do estudante universitário, que não é mais exclusivamente o filho dessas elites, mas filhos da empregada doméstica de suas casas<sup>27</sup>, do operário, do trabalhador rural. No entanto, diante da complexidade e dos paradoxos que acompanham processos como esse, Olgária Matos chama a atenção para a diluição das diferenças entre a democratização pretendida e a “massificação”<sup>28</sup>. Esta inicia-se como resultado das políticas educacionais da ditadura, no entanto, a indiferenciação entre democratização e massificação não foi revertida, em sentido algum, no recente processo de expansão das universidades, apesar das claras distinções ideológicas entre esses dois projetos políticos no que se refere ao combate à desigualdade social:

Com a ditadura dos anos 1960 no Brasil, a universidade pública moderna - concebida de início para formar as elites governantes, a partir do ideário de universidade cultural, científica e com suas áreas técnicas – começa sua desmontagem, o que resulta em sua massificação. Sob a pressão de massas historicamente excluídas dos bens científicos e culturais, bem como do sucesso profissional aferido pelo enriquecimento nas profissões liberais, a universidade pós-moderna acolhe populações sem o repertório requerido anteriormente para a vida acadêmica. Face ao ideário moderno

---

<sup>27</sup> O filme “Que horas ela volta?”, de 2015, dirigido por Anna Muylaert, retrata a tensão dessas transformações.

<sup>28</sup> Cf. MATOS, Olgária. “O crepúsculo dos sábios”. Op. cit.

baseado no mérito de cada um e não mais no sistema nobiliárquico do nascimento, e sua incompatibilidade com a desigualdade real de oportunidades para a ascensão social, a universidade pós-moderna questiona, contrapondo-os, mérito e igualdade, reconhecendo no primeiro a manutenção do regime de privilégios e distinções do passado<sup>29</sup>.

Olgária fala, então, das contradições de um sistema que não se modificou na base:

Assim, a universidade atual adapta-se à fragilidade do ensino fundamental e médio, passando a compensar as deficiências dessa formação. Para isso, a graduação retoma o ensino médio e a pós-graduação a graduação, o doutorado o mestrado, cuja continuidade é o pós-doutorado, tudo culminando na ideia da “formação continuada” e de avaliações permanentes.<sup>30</sup> (...) O paradoxo é grande, uma vez que, maiores as carências nos anos de formação do estudante – como a precariedade no acesso à bibliografia em idiomas estrangeiros e dificuldades de expressão oral e escrita na língua nacional -, mais estreitos são os prazos para a conclusão de mestrados e doutorados. (...) Acrescente-se o abandono da ideia de rigor na escrita e o fim do estilo, com o advento do gênero *paper* e a multiplicação de congressos no mundo globalizado<sup>31</sup>.

E conclui,

A emergência da universidade pós-moderna diz respeito ao abandono dos critérios consagrados até então a fim de democratizá-la. Mas a democratização pós-moderna é massificação. A sociedade democrática comportava diversas representações das coisas: os partidos representavam as diferentes opiniões, os sindicatos os trabalhadores, a Confederação das Indústrias os empresários. Na sociedade pós-moderna, o consenso é produzido pela mídia e suas pesquisas de opinião, através da eficiência persuasiva da televisão, que primeiramente cria a opinião pública e depois pesquisa o que ela própria criou. Razão pela qual massificação significa perda de qualidade do conhecimento produzido e transmitido, adaptado às exigências de massas educadas pela televisão, com dificuldade de atenção e treinadas para a dispersão, mimadas por uma educação que se conforma a seu último ethos.

---

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>30</sup> Na mesma linha de argumentação, tendo como referência a “educação humanista”, Olgária desenvolve suas críticas às práticas de avaliação na vida acadêmica atual (Matos, 2016), situando-as como parte de um sistema que se inscreve na lógica capitalista de sujeição do trabalhador aos ritmos e metas da produção industrial, regulando a competição entre pesquisadores: “Não se trata de considerar valores intelectuais ou princípios éticos, mas cálculos de valor de troca”; “a avaliação, por meio da injeção a publicações é produção pela produção, desvalorizadora de valores, tudo sendo reduzido à igualdade abstrata e quantificadora, aquela que carece de finalidade e do porquê”. Assim, “A quantificação é inimiga da linguagem e da literatura porque tudo o que elas dizem parece sempre problemático e incerto, podendo exercer a crítica dos meios e dos fins”.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*.

A cultura pós-moderna é a da “desvalorização de todos os valores”. Sua noção de igualdade é abstrata, homóloga à do mercado onde tudo se equivale. Em meio à revolução liberal pós-moderna, a universidade presta serviços e se adapta à sociedade de mercado e ao estudante, convertido em cliente e consumidor, como o atesta a ideologia do controle dos docentes por seus alunos<sup>32</sup>.

Se, neste artigo, em que se anunciava o “crepúsculo do saber”, vemos o retrato desencantado da universidade na qual nos transformamos e na qual, apesar de tudo, ainda podemos expressar nosso pensamento, com as críticas que formulamos, o que dizer do “controle dos docentes por seus alunos”, assim como de toda a universidade pela sociedade, na atual conjuntura do país, depois das eleições presidenciais de 2018, quando, ao que tudo indica, a autonomia universitária e o livre pensar, já tão abalados, correm o risco de ser severa e fatalmente constrangidos por um projeto político escancaradamente autoritário.

Pode-se dizer, no entanto, que é alentador pensar que há ainda intelectuais - no sentido aqui atribuído ao termo - na universidade e que este ainda é seu lugar. Com o espírito vivo de quem frequenta com a mesma desenvoltura o recolhimento silencioso das bibliotecas e as tensões do espaço público, na escuta das narrativas do seu tempo, Olgária Matos coordena atualmente a *Cátedra Edward Said de Estudos da Contemporaneidade* da Unifesp, como já mencionado. Ali encontra novo espaço de atuação na universidade, dedicando-se a um campo de estudos que transcende fronteiras disciplinares, onde, com base na obra deste autor, busca-se ampliar a reflexão sobre a vida cultural das sociedades na urgência de revigorá-la “em termos generosos, cosmopolitas e republicanos, para que os conflitos políticos possam resultar em complementaridade e alargamento das ideias de identidade e de hospitalidade”, tal como enunciado no texto do documento de apresentação da Cátedra. Diz, ainda, este texto:

No encontro das tradições grega, judaica, cristã e islâmica se constituíram o Oriente e o Ocidente como patrimônio a ser interrogado hoje, em meio a conflitos políticos e sofrimentos identitários, aos fluxos emigratórios forçados e às novas formas de exclusão e de preconceito, no quadro da disseminação do interesse privado e da indiferença pelo outro como orientações predominantes da conduta. Diante disso, o pensamento de Edward Saïd constitui uma “arqueologia do presente”, atenta à dissolução da noção de cidade e de laço coletivo e ao retorno de

---

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

nacionalismos xenófobos, de fundamentalismos religiosos e de ódios étnicos<sup>33</sup>.

A Cátedra constitui-se, assim, no lugar institucional onde Olgária desenvolve atualmente, a partir de novos objetos, sua reflexão já presente em seu último livro, *Palíndromos Filosóficos*<sup>34</sup>, uma coletânea que reúne artigos em torno da “cultura da violência e da não violência, em um tempo de aceleração e agressão”, temporalidade hegemônica na sociedade contemporânea, dando sequência à sua crítica à sociedade que “proscreeu os saberes humanistas e a experiência de que são portadores”, como diz na apresentação ao livro. Mais do que isso, a Cátedra acolhe não apenas a reflexão sobre a sociedade e os conflitos contemporâneos, mas, no caso de Olgária, traz também, no encontro de tradições diferentes, sua origem síria e libanesa que, no movimento de dissolução de fronteiras identitárias proposto pela Cátedra, encontra um lugar cosmopolita de hospitalidade, para que, mais uma vez e de modo ímpar, ela faça os conceitos circularem dando vida ativa ao pensamento.

## Bibliografia

- CARNEIRO, Silvio. Olgária Chain Féres Matos: Biografia comentada. 2011. [http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/biografia\\_comentada\\_olgaria\\_mattos.pdf](http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/biografia_comentada_olgaria_mattos.pdf). Acesso em 22 de outubro de 2018.
- CAMPELLO. Filipe; ASSIS, Mariana Prandini. O lugar das humanidades. *Folha de São Paulo*. Ilustríssima. 7/10/2018. p. 3.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Concretude simbólica e descrição etnográfica (sobre a relação entre Antropologia e Filosofia). *Mana*, 19 (3): 409-435, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- MATOS, Olgária. *Palíndromos filosóficos: entre mito e história*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

---

<sup>33</sup> O texto de apresentação da Cátedra não está acessível ao público, dado seu processo de institucionalização ainda inconcluso, constituindo um documento interno, acessível por demanda. As atividades desenvolvidas pela Cátedra podem ser visualizadas no sítio eletrônico da universidade ([www.unifesp.br](http://www.unifesp.br)), assim como a entrevista com Olgária Matos, no vídeo “Cátedra Edward Saïd – Apresentação”, acessível em: <http://www.unifesp.br/reitoria/dci/canal/canal>

<sup>34</sup> MATOS, Olgária. *Palíndromos filosóficos: entre mito e história*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

\_\_\_\_\_. Universidade e avaliação: medir o não-mensurável. *Tempo Brasileiro* (205): 2016.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: PAIVA, Rita (org). *Filosofemas: ética, arte, existência*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. pp. 9-11.

\_\_\_\_\_. “O crepúsculo dos sábios”. O Estado de São Paulo. Caderno Aliás, 15/11/2009. <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-crepusculo-dos-sabios,466735>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. “O cientista e o intelectual”. In: NOVAES, Adauto (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras; 2006. pp. 137-149.

SARTI, Cynthia. “As ciências sociais como saberes reflexivos”. In: EL FAR, Alessandra; BARBOSA, Andrea; AMADEO, Javier (orgs.) *Ciências Sociais em diálogo*. Vol. 1: Cultura e diferença. São Paulo: Editora Fap/Unifesp; 2014. pp. 13-33.

Recebido em 30.10.2018.

Aceito para publicação em 05.11.2018.

© 2018 Cynthia Andersen Sarti. Esse documento é distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)).